

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.153 - PB (2019/0290773-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : JOALLYSON GUEDES RESENDE**  
**ADVOGADO : JOALLYSON GUEDES RESENDE - PB016427**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PACIENTE : GIVALDO FRANCISCO DE MOURA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GIVALDO FRANCISCO DE MOURA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no HC n.º 0809214-27.2019.8.15.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 14/8/2019, surpreendido na posse de *"uma pequena quantidade da substância semelhante a crack, e, com o consentimento do mesmo, procedeu-se uma busca no interior do imóvel, momento em que foram localizados outras mais doze pequenas porções da mesma substância e uma porção maior do referido entorpecente, todos envoltos em sacos de plástico utilizados comumente para embalar substância entorpecente e a quantia de R\$ 202,00 (duzentos e dois reais) em notas trocadas"* (fl. 31). Na audiência de custódia, o flagrante foi convertido em prisão preventiva (fls. 18-20).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada pela Corte de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 40):

**"PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. MEDIDA DECRETADA EM GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ELEMENTOS INDICATIVOS DE QUE, SOLTO, O PACIENTE VOLTARÁ A DELINQUIR. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. DENEGAÇÃO.**

*1. Não é desfundamentado o decreto prisional fincado na gravidade do crime de tráfico e nas circunstâncias da prisão do paciente, flagrado praticando o tráfico em plena via pública e com quem foram encontradas em casa, outras porções de crack e dinheiro em notas trocadas, o que denota a periculosidade e justifica a medida coercitiva para evitar a reiteração criminosa.*

*2. Ordem denegada."*

Neste writ, a Parte Impetrante sustenta, em suma, a inexistência de

# Superior Tribunal de Justiça

fundamentos idôneos para a decretação da prisão preventiva. Assevera que a custódia cautelar foi baseada na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja "*o paciente posto em liberdade até o julgamento de mérito da impetração. No mérito, após apreciação e concessão da liminar requerida, seja processado o presente writ e concedida a ordem, revogando-se em definitivo a segregação cautelar do paciente*" (fl. 9).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

De início, verifico que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia do auto de prisão em flagrante e do laudo de constatação, o que poderia indicar a **exata quantidade de droga apreendida** em poder do Paciente, o que prejudica uma análise mais completa da controvérsia.

De qualquer forma, a concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O *decisum* atacado está assim fundamentado (fl. 42):

*"O paciente, ao que se vê dos documentos que instruem a impetração, pelo menos em tese, estava praticando o tráfico em plena via pública. Com ele foi encontrada pequena quantidade de entorpecente e, em casa, doze porções de pequeno porte pronta para venda e outra parte maior, além de dinheiro em notas trocadas, o que denota a prática rotineira do tráfico.*

*Indiscutível, pois, que se trata de conduta grave, cuja repetição demonstra certo grau de nocividade do réu para a sociedade, caso permaneça em liberdade, com alta probabilidade de reiteração criminosa, de modo a justificar o aprisionamento provisório, como tem decidido esta Corte, em casos do mesmo naipe."*

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Paciente não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no **risco de reiteração delitiva do Paciente**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular

# *Superior Tribunal de Justiça*

situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular, especialmente sobre a situação prisional do Paciente, a serem instruídas com o auto de prisão em flagrante, bem como a senha ou a chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora